

RELATÓRIO DO PEDIDO DE VISTAS AO PROCESSO ÉTICO E DE CONDUTA E DO RESPECTIVO RECURSO INOMINADO

João Eduardo A. Vieira

Conselheiro Estadual de Saúde

CREFITO-8

RELATÓRIO

- Denúncia anônima, escrita de próprio punho pelo denunciante e entregue ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR) e, conseqüentemente à Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR em março de 2019, contra a Sra. Maria Lúcia Gomes, Conselheira Estadual de Saúde representando o Segmento dos Usuários pela ASSEMPA, no qual relata:

RELATÓRIO

- “No decorrer da Conferência de Saúde do Município de Curitiba (CMC) a Sra. ‘Malu’ intitulando-se da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de saúde e da Comissão de Ética do Conselho Estadual de Saúde praticou vários abusos aos delegados presentes, gritando e sendo mal-educada e interrompendo inúmeras vezes a votação. Eu me sinto extremamente insultada e ofendida com todo o ocorrido. Desta forma, venho por meio deste solicitar um esclarecimento”.

RELATÓRIO

- Denúncia apurada na reunião da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR em 23/04/2019
- Foi solicitado a retirada da denunciada do local da reunião, por ser integrante da respectiva Comissão:

Art. 14 Qualquer membro da Comissão de Ética e de Conduta poderá de ofício, pedir o afastamento na apreciação de qualquer fato levado ao conhecimento da Comissão, caso entenda que sua permanência poderá prejudicar a apuração dos fatos.

Parágrafo Único. Caso não haja o afastamento voluntário previsto no caput deste artigo, poderá a Comissão, em votação aberta, afastar o membro envolvido e solicitar ao Pleno um substituto.

Código de Ética e de Conduta do CES/PR.

RELATÓRIO

- Foram ouvidos relatos dos conselheiros membros desta Comissão, repassados por terceiros que estavam na Conferência Municipal de Curitiba, sobre a situação relacionada à denúncia, observando-se muitas versões diferentes sobre o ocorrido e que a convocação dos delegados que participaram da referida conferência poderia dificultar ainda mais o entendimento da situação analisada.
- Na sequência, ouviram a denunciada, Sra. Maria Lúcia Gomes e optaram pela aplicação de Advertência confidencial verbal, conforme item 1, art. 16º do Código de Ética e Conduta do CES/PR, em aviso reservado.

RELATÓRIO

8. Sanção: Os conselheiros no uso de sua atribuição e de acordo com o Art. 16, inciso 1 do Regimento Interno da Comissão de ética do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, optou pela Advertência confidencial verbal, em aviso reservado e arquivamento da denúncia, que foi realizada em seguida.

Transcrição de trecho da Ata da Comissão de Ética e de Conduta CES/PR

RELATÓRIO

- 13/12/2019 → protocolado no CES/PR - RECURSO INONIMADO, contra a decisão de aplicação da penalidade prevista no inciso 1, art. 16º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR
- Durante a Plenária do dia 19 de dezembro de 2019, foi dada ciência ao Pleno do CES/PR, do documento, pelo Presidente do CES/PR, Sr. Rangel da Silva, que fez a leitura na íntegra do respectivo documento.
- Após abertura da palavra aos Conselheiros citados no documento, demais Conselheiros inscreveram-se para fazer uso da palavra
- Pedido de vistas para elaboração deste Relatório e emissão de um Parecer ao Pleno do Conselho.

**PARECER DO PEDIDO DE VISTAS AO
PROCESSO ÉTICO E DE CONDUTA E
DO RESPECTIVO RECURSO
INOMINADO**

João Eduardo A. Vieira

Conselheiro Estadual de Saúde

CREFITO-8

PARECER

1. Sobre a Denúncia

- Trata de uma denúncia anônima, conforme consta no Relatório deste caso, feita de próprio punho e entregue à Comissão de Ética e de Conduta do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.
- Considera-se a denuncia “anônima” pois, a mesma não apresenta nome e/ou dados de identificação civil do denunciante, possuindo somente uma rubrica, a qual não permite-se identificação formal da mesma

PARECER

1. Sobre a Denúncia

- Conforme rege o Código de Ética e de Conduta do CES/PR, no art. 13º, a denúncia deve ser assinada (sendo vedado, portanto, denúncias anônimas), e enviada para o e-mail comissaoetica.cespr@sesa.pr.gov.br.
- O inciso III do art. 9º também trata da vedação de denúncias anônimas, conforme transcrevem-se ambos os artigos e incisos a seguir:

PARECER

1. Sobre a Denúncia

Art. 9º Cabe à Comissão de Ética e de Conduta

III. Receber denúncias contra conselheiros e propostas para a averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, sempre por escrito, deliberando sobre a conveniência de instauração de procedimento específico e eventuais sanções, **sendo vedadas denúncias anônimas;** (...)

Art. 13 A Comissão de Ética e de Conduta, apesar do caráter permanente, será acionada sempre que necessário, a partir de uma denúncia.

§ 1º As denúncias serão recebidas por escrito que deverão ser enviadas para um e-mail específico.

§ 2º A denúncia deverá ser assinada pelo denunciante

PARECER

1. Sobre a Denúncia

- Assim sendo, **a denúncia não deveria ter sido acolhida** pela Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR, por não atender ao inciso III do Artigo 9º e aos parágrafos 1º e 2º do Artigo 13º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR.

PARECER

2. Sobre Rito Processual e o Direito de Ampla Defesa

- Ocorreram algumas falhas no rito processual.
- Conforme os parágrafos 4º, 5º e 9º do Artigo 13º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR, o Coordenador da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR deveria convocar uma Reunião Extraordinária para que fosse apurado o acolhimento ou não da denúncia pela Comissão, baseado também no texto do inciso III do art. 9º do mesmo Código.
- No caso do acolhimento, o Conselheiro denunciado deveria ser notificado formalmente, por escrito, tendo prazo de 5 (cinco) dias para apresentar sua defesa prévia, sendo posteriormente a este fato, ouvido o denunciante, o denunciado e quantas testemunhas forem necessárias

PARECER

2. Sobre Rito Processual e o Direito de Ampla Defesa

Art. 9º Cabe à Comissão de Ética e de Conduta

III. Receber denúncias contra conselheiros e propostas para a averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, sempre por escrito, deliberando sobre a conveniência de instauração de procedimento específico e eventuais sanções, sendo vedadas denúncias anônimas; (...)

Art. 13 A Comissão de Ética e de Conduta, apesar do caráter permanente, será acionada sempre que necessário, a partir de uma denúncia.

§ 4º O coordenador convocará a 1ª Reunião Extraordinária para iniciar a apuração do fato denunciado, cabendo a ele e ao secretário salvaguardar a identidade do denunciante durante todo o processo de averiguação da denúncia.

§ 5º O(a) conselheiro(a) após ser notificado(a) formalmente do fato, por escrito, pela Comissão de Ética e de Conduta, **terá um prazo de cinco dias úteis para apresentar sua defesa.**

§ 9º Os procedimentos a serem adotados pela Comissão de Ética e de Conduta, para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética ou em desconformidade com este Código, **terão o rito sumário, ouvidos o queixoso, o Conselheiro envolvido e tantas testemunhas que se fizerem necessárias para elucidação do caso, cabendo sempre recurso ao Plenário do CESPR.**

PARECER

2. Sobre Rito Processual e o Direito de Ampla Defesa

- Observa-se ainda que a Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR deveria ter instaurado a Instrução do Processo Ético, apresentando-se um Relatório e respectivo Parecer Conclusivo, aplicando a devida sanção, se devida, ou arquivando o processo, se constatada inexistência de infração ética ou de conduta, conforme constam os incisos VII, VIII e IX do art. 9º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR

PARECER

2. Sobre Rito Processual e o Direito de Ampla Defesa

Art. 9º Cabe à Comissão de Ética e de Conduta

VII. Instruir o procedimento que deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, com a devida fundamentação da justificativa;

VIII. Elaborar relatório circunstanciado e parecer conclusivo, propondo, se devida, a aplicação de sanção;

IX. Arquivar o processo ou remetê-lo ao órgão competente quando configurada a infração cuja apuração seja de competência de órgão distinto;

PARECER

2. Sobre Rito Processual e o Direito de Ampla Defesa

- Diante destes fatos, cabe a alegação da Conselheira Estadual de Saúde do Paraná, Sra. Maria Lúcia Gomes, quanto ao não atendimento ao direito de ampla defesa durante a apuração dos fatos, pois:

Art. 9º Cabe à Comissão de Ética e de Conduta

V. Dar ao Conselheiro citado o direito de ampla defesa
durante a apuração dos fatos;

PARECER

3. Sobre os pedidos solicitados no Recurso Inonimado

- O Recurso Inonimado pede, resumidamente:
 - A. Prioridade nos autos;
 - A solicitação “A)” já foi atendida pela Mesa Diretora do CES/PR, na Reunião Ordinária do Pleno do CES/PR, de 19 de dezembro de 2019.
 - B. Acolhimento do Recurso Inonimado
 - Quanto a solicitação “B)”, **procedo em parecer favorável ao seu atendimento integral** visto que:
 - **A denúncia era anônima**, não atendendo o inciso III do Artigo 9º, nem os Parágrafos 1º e 2º do Artigo 13º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR;
 - **O rito processual não foi atendido** conforme citam os incisos III, VII, VIII e IX do Artigo 9º e os parágrafos 4º, 5º e 9º do Artigo 13º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR;
 - **Não foi possibilitado o direito de ampla defesa**, conforme citado pelo inciso V do Artigo 9º do Código de Ética e de Conduta do CES/PR;

PARECER

3. Sobre os pedidos solicitados no Recurso Inonimado

- O Recurso Inonimado pede, resumidamente:
 - C. Instauração de procedimento sumário ético disciplinar em desfavor dos Conselheiros Estaduais de Saúde Ângelo Barreiros, Amauri Ferreira Lopes, Joelma Aparecida de Souza Carvalho, Palmira Aparecida Soares Rangel e Rita de Cassia Domansky.
 - **Procedo em parecer desfavorável, à todos os citados, visto que não foi possível identificar dolo ou má-fé** por parte dos membros da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR nos equívocos processuais, mas sim, falta de assessoria jurídica para o substabelecimento do entendimento legal para acolhimento da denúncia e do rito processual, sem que restasse prejudicado o direito de ampla defesa do denunciado

PARECER

3. Sobre os pedidos solicitados no Recurso Inonimado

- Assim, não identifico associação dentre o fato ocorrido e constante no inciso XXIX do Art. 10º do Regimento Interno do CES/PR, que cita as competências da Mesa Diretora, descrito abaixo:

XXIX - instalar sindicâncias ou processos administrativos disciplinares por falta de ética ou decoro, para apurar quaisquer eventuais irregularidades, condenação por crime doloso, troca de residência de Conselheiro para fora do Estado do Paraná, **ou descumprimento dos deveres e obrigações da função por membros do CES/PR**, remetendo à Comissão de Ética para análise e emissão de parecer que será submetido ao Plenário, sendo necessária a maioria simples do Plenário para aprovação do relatório;

PARECER

4. Parecer Conclusivo

- 4.1. Anulação da sentença proferida pela Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR em 23 de abril de 2019;
- 4.2. Arquivamento do Processo Ético e de Conduta contra a Conselheira Estadual de Saúde do Paraná, Sra. Maria Lúcia Gomes;
- 4.3. Não abertura de Processo Ético e de Conduta contra os Conselheiros de Estaduais de Saúde Ângelo Barreiros, Amauri Ferreira Lopes, Joelma Aparecida de Souza Carvalho, Palmira Aparecida Soares Rangel e Rita de Cassia Domansky.

PARECER

5. Sugestões à Mesa Diretora do CES/PR e à Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR

5.1. Alteração do Código de Ética e de Conduta do CES/PR

- Incluir de forma mais detalhada o rito processual desde o recebimento da denúncia até o momento do Parecer Conclusivo e sentença da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR;

JUSTIFICATIVA: deixar o mais claro possível o rito processual desde o recebimento da denúncia, acolhimento, instrução, relatoria, emissão de parecer conclusivo e votação.

- Aumentar o prazo oferecido no inciso II do Artigo 10º para pelo menos 30 dias;

JUSTIFICATIVA: devido a muitos membros do CES/PR serem do interior do Estado, o prazo visa organizar a logística de transporte dos membros da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR, sem deixar de atender o princípio da eficiência, possibilitando maior transparência economizando recursos públicos na compra de passagens com maior tempo de planejamento, sem infringir o princípio da legalidade.

PARECER

5. Sugestões à Mesa Diretora do CES/PR e à Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR

- Alteração do Código de Ética e de Conduta do CES/PR
 - Adequar o Artigo 13º do Código de Ética e de Conduta, retirando a obrigatoriedade de formalização de denúncias por e-mail (§1º), possibilitando aceitá-las por escrito, protocoladas pessoalmente no CES/PR, via correio em envelope lacrado ou por e-mail, sempre constando dados de identificação civil do denunciante. Sugere-se também o aumento do prazo para realização da defesa prévia por parte do Conselheiro denunciado dos atuais cinco dias úteis para pelo menos 15 dias úteis (§5º).

JUSTIFICATIVA: dar mais transparência e acesso ao cidadão, por meio de diferentes portais de denúncia.

PARECER

5. Sugestões à Mesa Diretora do CES/PR e à Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR

5.2. Estudar a possibilidade de disponibilização, quando necessário, seja por parte da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná ou de outro órgão do Governo do Estado do Paraná, de uma assessoria jurídica para auxiliar nos ritos processuais e dúvidas presentes por parte dos membros da Comissão de Ética e de Conduta do CES/PR.